

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA, REALIZADA DIA 25 DE SETEMBRO DE 2006

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro de dois mil e seis, à 10:30 hs, no Auditório do Edifício Matarazzo – Viaduto do Chá, nº 15 ,7º andar, nesta Capital, realizou-se a 6ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Política Urbana –CMPU, sob a presidência do Dr. Francisco Vidal Luna, Secretário Municipal de Planejamento e Presidente do CMPU, contando com a presença dos membros relacionados no final desta ata. Foram discutidos os itens constantes da pauta, com os respectivos encaminhamentos e resoluções:

FRANCISCO VIDAL LUNA - Secretário Municipal de Planejamento

Seria a apresentação por parte do secretário Dr. Arnaldo sobre o andamento da questão de infra-estrutura na revisão do plano do PDE. Na última reunião, o secretário Frederico Bussinger fez uma apresentação, também a respeito dos temas relacionados com transportes, e nós pretendemos, na medida que hajam avanços nas discussões a respeito do PDE, apresentarmos aqui para este Plenário. Esse seria então o segundo. Nós já tínhamos apresentado uma primeira versão preliminar da Lei de Usos. Isso avançou, provavelmente dentro de, talvez ainda, ao longo de um ou dois meses nós podemos apresentar uma nova versão, nós vamos fazer uma discussão interna agora dentro da própria prefeitura. Existe uma primeira minuta, nós ainda não avaliamos, e nós gostaríamos de depois passar essas discussões aqui para esse Plenário. Nós estamos apresentando agora a parte de infra-estrutura urbana por parte do Dr. Arnaldo, e nós vamos discutir também hoje uma proposta de alocação dos recursos do FUNDURB. Conforme os senhores participaram, na reunião passada nós fizemos a discussão a respeito do FUNDURB. Nós elegemos dois membros daqui desse conselho, houve uma reunião, houve uma sugestão que foi aprovada no comitê gestor, uma proposta de alocação, e depois da apresentação do Secretário Orlando e do Dr. Arnaldo, eu gostaria de fazer a discussão a respeito do FUNDURB. Eu queria convidar Dr. Arnaldo, o secretário Orlando também, que é o vice-presidente. Está aqui conosco também o secretário Calil. Se pudesse vir

na mesa também, tem cadeira. Como na verdade nós temos alocações no FUNDURB que envolvem diversas secretarias, nós também convidamos os secretários que também estivessem envolvidos com essas alocações, para que comparecessem. Essa é a razão do secretário Calil também estar aqui presente conosco.

Então eu quero cumprimentar os 3 secretários aqui presentes e eu queria colocar aqui antes de discutirmos, então, os dois temas dessa reunião que seriam a apresentação do secretário Dr. Arnaldo e a locação do FUNDURB, eu quero dar a palavra, se alguém quiser colocar algum tema novo na pauta para nós discutirmos. Por favor, o senhor pode se apresentar, por favor?

NELSON SAULE JUNIOR

Nelson Saule Junior, represento aqui o setor da Organização da Sociedade Civil, Instituto Polis. Eu só queria...Como eu vi que na pauta que eu recebi estava também o tema do Plano Diretor eu gostaria que pelo menos ficasse nessa reunião talvez a definição de uma agenda, aqui no Conselho, pra estarmos começando a discutir com maior objetividade a revisão do Plano Diretor, apesar de saber que tem essa proposta que foi levada para a Câmara e foi deixada para o ano que vem, mas que ficasse um pouco mais claro como é que o Conselho vai discutir esse tema. Porque o Plano Diretor é competência do Conselho, estar tratando desse tema e estar deliberando sobre esse tema.

FRANCISCO VIDAL LUNA - Secretário Municipal de Planejamento

Acho que é um tema importante, e podemos acrescentá-lo como último tema da nossa reunião. Por favor!

MAURO FRIEDHOFER

Bom dia. Mauro Friedhofer, arquiteto, represento a Macro-região Centro. Eu não entendo muito, senhor secretário, mas eu gostaria de descrever em relação a este tema, ao projeto em si, levantar um dado aqui quando for feita a exposição do projeto, esse projeto da Praça Cultural.

FRANCISCO VIDAL LUNA - Secretário Municipal de Planejamento

Eu não ...

Ah, tá bom, tá ok!

Um dos temas do FUNDURB, uma das sugestões de alocação é exatamente a praça das artes e, então, o secretário Calil está aqui presente, ele pode apresentar isso. Faria parte, se houver mais algum interesse nós faremos a apresentação, um só levantou isso.

Então eu queria dar a palavra ao secretário Antônio Arnaldo para fazer uma apresentação. É ainda uma apresentação como todas as outras, ainda preliminar. Nós ainda não fechamos tudo isso, mesmo a parte do PDE, mas eu acho que é a forma de ir construindo uma proposta ao longo desse ano.

ANTONIO ARNALDO DE QUEIROZ E SILVA - Secretário Municipal de Infra-estrutura Urbana

Um bom dia a todos vocês. É com muita satisfação que a gente está aqui apresentando alguns dados do planejamento estratégico. O Frederico fez uma observação em relação ao Castells, e eu queria reforçar que talvez a melhor apresentação que eu vi nesses dois anos a respeito de políticas públicas nas cidades de grandes portes foi a do Castells, que fez essa palestra aqui em São Paulo, a pedido do ex-prefeito Serra, em janeiro, fevereiro de 2005. Eu não sei se essa palestra foi gravada, mas realmente é uma palestra espetacular e ele identifica alguns pontos que são fundamentais, e o primeiro deles é que o maior problema da cidade de São Paulo, uma cidade desse porte, é a gestão pública. Quer dizer, eu não tenho nenhuma dúvida de que ele tem toda a razão. É um grande desafio o de administrar essa cidade dentro de um contexto metropolitano. Eu poderia afirmar, minha opinião pessoal, é muito mais fácil gerir o Estado de São Paulo do que gerir a cidade de São Paulo. Algumas colocações que eu acho fundamentais, quando se discute a cidade de São Paulo, nós não podemos deixar de considerar a região metropolitana. Quer dizer, se nós ficarmos dentro dos nossos limites geográficos, olhando só a nossa área de 1.500km², nós não vamos equacionar satisfatoriamente os problemas nossos que envolvem a região metropolitana. Bastaria um exemplo. A maior cidade de São Paulo depois de São Paulo é Guarulhos. Pois Guarulhos despeja o esgoto doméstico de um milhão e duzentos mil habitantes no rio Tietê. Quer dizer, só um exemplo. Eu poderia dar uma centena de exemplos. Quer

dizer, não dá para aceitar, não dá para deixar de sentar e conversar sobre esse problema. Quer dizer, esse problema é um problema da região metropolitana, mas é nosso. Como é que nós vamos nos responsabilizar pela despoluição do Tietê, aceitando sem nenhuma negociação que o município vizinho, no momento, realmente jogue seus esgotos nos nossos rios. A nossa secretaria tem um envolvimento muito grande com a maioria das secretarias, na parte da infra-estrutura. O que está na nossa secretaria? Basicamente nós cuidamos da parte da drenagem, cuidamos da parte do viário, das grandes avenidas, cuidamos da parte das obras de arte, pontes, viadutos, túneis, etc. E evidentemente temos um relacionamento muito grande com a secretaria de transportes, secretaria da habitação, secretaria de serviços - da parte de lixo, secretaria do meio ambiente, cada vez mais importante nesse complexo urbano. Agora, dentro da nossa organização que precisa ser muito aprimorada, no todo, a Prefeitura de São Paulo tem 140 mil funcionários. Quer dizer, nós poderíamos ter talvez menos, 100 mil. Quer dizer, como nós poderíamos organizar esse negócio? Esse é o maior desafio que nós temos. Basta lembrar que nós temos 31 subprefeituras. Cada uma em média com 300, 350 mil habitantes. E essa articulação das subprefeituras com as outras unidades é um desafio que tem que ser realmente enfrentado e esse aspecto é fundamental. Alguns números, assim, para a gente ter idéia dos nossos desafios. Em São Paulo nós estamos com 3.200 km de córregos, uma boa parte deles são esgotos a céu aberto. Nós temos 45 mil ruas, no total de mais ou menos de 15 mil km, e segundo o Frederico, e segundo o pessoal do transporte, com 10% disso dá para praticamente assegurar o trânsito de transporte em São Paulo, com 1.500 km. Agora, nós temos algumas áreas cinzas. Eu não sei exatamente o número, mas nós devemos ter qualquer coisa como 2.500 loteamentos clandestinos; clandestinos não: irregulares. Fora as invasões. E aí a cidade, à medida que ela vai indo para a periferia, a gente entra na cidade informal, uma cidade que existe, uma cidade que não pode ser ignorada, ou ela é irregular porque os loteamentos não são regulares ou porque existem grandes invasões. Nós temos cerca de 1.000 obras de arte na Prefeitura de São Paulo. Só de viadutos e pontes nós temos 300, sendo os quais são de outros órgãos que não Prefeitura de São Paulo: Metrô, CPTM,

DERSA, DER, etc. Temos 16 túneis, temos 500 pontilhões. Em relação às edificações que também são feitas pela nossa secretaria, nós temos cerca de 2.000 imóveis, mais ou menos 500 UBSs, 400 UBSs e 1.500 unidades escolares, num total de mais ou menos 2.000 unidades. A gente já pode fazer alguns comentários. Na área da saúde, eu acho que o grande desafio é a gestão. Eu não vejo nessa gestão, e nem talvez na próxima, a construção de um novo hospital. A rede de hospitais que nós temos, mais a do Estado, ela é quase suficiente para atender a população, desde que esses hospitais estejam equipados, estejam com os recursos humanos à disposição. As UBSs mais ou menos a mesma coisa. Nós já estamos com 400. O que a gente pode precisar? Mais 10 %, 5 a 10 %. Essas UBSs que atendem basicamente 20.000, 22.000 pessoas, precisam ser adequadas para atender 25.000 pessoas e isso não é difícil. Então, o que eu estou colocando aqui na área da saúde, é de que realmente em termos de instalações físicas e edifícios nós já estamos chegando perto daquilo que a gente precisa. Por outro lado surge um grande desafio que é a manutenção desses edifícios. Quer dizer, o componente de manutenção desses 2.000 edifícios, o componente de manutenção dos viadutos, nós temos 200, muitos deles trabalhando a 30, 40, 50 anos sem nenhuma manutenção preventiva, a gente só faz a manutenção corretiva. E as ruas, vocês sentiram realmente uma atenção muito grande que foi dada ao recapeamento das ruas no ano passado, quando fizemos o que? 300 km de 1.5000. Mas se nós fizermos os 1.500 km que o pessoal dos transportes acham fundamentais, esses 10 % podem significar que a gente tenha o comando de 60, 70 % do tráfego, do trânsito nas nossas mãos. Então os grandes desafios, alguns deles já mencionados aqui, que nós temos que estruturar o nosso espaço urbano. Hoje deu nos jornais, um assunto antigo, mas sempre volta à moda, áreas da cidade que estão sem uso adequado. A Presidente Wilson, um caso típico, tá nos jornais de hoje, nós temos toda a infra-estrutura construída e uma rua daquela importância praticamente abandonada. Quer dizer, isso é um grande desafio em termos de espaço urbano, do adensamento, todos esses aspectos. Nós temos um problema hoje de manutenção. Quer dizer, o problema das nossas águas, das nossas represas, das nossas matas. Quer dizer, há uma conscientização muito grande hoje de que muita

coisa tem que ser feita nesse sentido. Quer dizer, nós não podemos deixar de olhar para daqui 10, um pouco mais de anos, que o problema da água na cidade de São Paulo vai ser um problema fundamental. Nós não temos água aqui. Então se nós nos esquecermos desse assunto, daqui a 10 anos nós não vamos ter água. É um assunto metropolitano, hoje estadual. O assunto do lixo também é um assunto muito importante. O assunto do transporte, quer dizer, realmente o transporte vai extrapolar a cidade de São Paulo. Então nós temos que ter uma visão de curto, médio, longo prazo, e esse planejamento estratégico está permitindo que a gente comece a enxergar com uma certa clareza o que vai ser feito nos próximos 2 anos. O que nós vamos fazer em 2007, 2008. O que nós vamos fazer de 2009 a 2013. O que nós vamos fazer de 2014 para a frente. Já dá para enxergar, para fazer uma proposta para as autoridades nos próximos 10 anos, e é o que nós temos que fazer. Esse grupo pode colaborar muito. Temos por exemplo o Metrô. O Metrô está fazendo a linha 2, está fazendo a linha 4, mas se enxerga lá 10, 15 anos para frente, e na cidade de São Paulo a gente enxerga o mandato. Eu acho que a gente tem que, em relação às grandes obras da cidade realmente termos um planejamento consolidado, e evidentemente em função dos recursos que são muito poucos, vocês vão ver, eu vou detalhar alguma coisinha para a frente, na realidade o que sobra para investimento em São Paulo é muito pouco. O Luna já deve ter colocado isso ou vai colocar. Os recursos são muito limitados. Vou abordar alguns aspectos em relação a drenagem. Eu diria hoje que a maior solicitação que a população hoje solicita muito é a parte de drenagem. Quer dizer, subprefeituras, pessoal dos bairros, realmente tem problemas de drenagem. É um problema que eu diria que é o maior problema da minha área. A 20 anos atrás eu trabalhei aqui na Prefeitura e eu diria que o maior problema era a pavimentação. A demanda da população era toda voltada para a pavimentação. Na gestão do Mário Covas nós fizemos 4.000 ruas em 33 meses. Hoje essa demanda é bem menor, a demanda maior tá na área de drenagem, ligada exatamente com a parte do saneamento. O desejado é que realmente a drenagem fosse feita a céu aberto, e sem o esgoto, mas a grande realidade de São Paulo é que, as nossas águas, os nossos córregos, estão sendo poluídos com esgoto, então a população quer que

o córrego seja fechado e isso custa mais caro, e esse é o grande, um dos maiores desafios estratégicos nossos, é somar ao Estado, através da SABESP, para que os nossos córregos passem a ter água limpa e sejam a céu aberto. Isso envolve também toda uma política do Verde. O Verde está de acordo com isso. Eu vou detalhar um caso que eu acho importante que é o córrego Franquinho. Felipe, põe o córrego no ar pra gente. Aqui é um aspecto também de política urbana. O Fred colocou muito bem que nós precisamos usar o que nós temos, quer dizer, aquilo que já existe na cidade, a gente usar. Vou colocar esse exemplo daquilo que quase existe na cidade e que a cidade fica por 4, 3, 2 anos desconhecendo que tem um recurso que pode ser usado com investimento mínimo. Este é o córrego. Aqui é o Tietê. Nós temos aqui esse Parque Linear de São Paulo, que é o maior parque, o Carvalho Pinto, ao longo do córrego Tiquatira, aqui tem 4 km, e nós estamos falando desse trecho que vem daqui até aqui. Esse trecho, ele começa na avenida Carlos Leite e vai na direção da Avenida Águia de Haia. A Prefeitura pôs 80 milhões aqui para fazer a canalização do córrego e para fazer o sistema viário. O que faltava fazer aqui em termos de recursos, 2 milhões. Nós estamos a anos com essa avenida escura, sem iluminação, sem sinalização, sem semáforo, sem sinalização vertical, e o córrego sendo local para jogar lixo: sofá, essas coisas todas. A cidade é capaz de ficar 2, 3 anos nessa situação, claro que existem razões para isso. No caso específico, o contrato com a empreiteira foi encerrado, a subprefeitura tem recursos limitados e a coisa não flui. Neste caso específico, nesta sexta-feira nós vamos entregar quase todo esse córrego, ele está sendo limpo, ele está sendo iluminado, todo lixo retirado e toda sinalização viária implantada. Esse é o córrego e a estrada. A rede da SABESP está pronta, mas nem a população pressiona. As entidades, as subprefeituras talvez não saibam, mas não pode a rede da SABESP estar pronta e estar parcialmente ligada. Eu acho que nós, dentro de uma política, temos algumas coisas que a gente precisa fazer. Se nós temos uma rede de esgoto feita, nós temos que exigir que essa rede funcione, que as ligações todas sejam feitas. Então, esse córrego Franquinho está semi-poluído. Ele poderia ter águas limpas. Agora, a população, ela pleiteia, ela reclama às vezes coisas diferentes, com toda razão. Por exemplo, nós temos o Franquinho. Aqui

nós temos um córrego chamado Ponte Baixa...Ponte Baixa, não, Ponte Rasa, Ponte Baixa é no sul. A população que tem suas casas lá, e o córrego está com suas margens escorregando. Sábado apareceu no jornal uma senhora reclamando que as margens do Ponte Rasa estão escorregando, precisa agir, então a pressão fica muito numa linha, na manutenção da margem desses córregos que tem esgoto, que tem rato, que tem inseto. Aí começa a entrar aquela parte da estruturação da gestão da Prefeitura. As Subprefeituras não têm recursos para fazer isso, então, passam para a SIURB, e desse negócio não sai nada. Fica o negócio 1 ano, 2 anos, 3 anos, 4 anos. Mas o foco da população é nesses detalhes, quando um macro problema que seria usar o esgoto existente do córrego Franquinho, não há uma pressão, talvez porque a própria população não saiba. Aqui, só pegando carona nesse desenho, tem um viaduto que vai ser construído sobre a Avenida Águia de Haia. Desse ponto até a Guaianases, nós temos 9 km. Essas obras estão num ritmo muito grande. Na nossa secretaria são 500 pessoas trabalhando nesse trecho. Para vocês terem idéia, nesse domingo foram colocados 500 m³ de concreto e 600 toneladas de asfalto nesse trecho aqui de 2 km entre a estação Itaquera e a estação Artur Alvim. Houve uma grande concentração de concreto e asfalto nesse trecho. Essa é uma das obras importantes que temos no nosso trecho. Quer dizer, é uma ligação leste-oeste de mais ou menos 20 km, começando aqui em Guainases, indo pra a Marginal Tietê. E essa também é uma via que nós estamos aproveitando quase tudo que tinha, faltavam fazer ligações importantes. Esse é um assunto que eu acho fundamental para a política. Usar o que nós temos ou usar o que nós quase temos. Aqui, perpendicularmente, no sentido Norte-Sul, nós temos a Jacu Pêssego, a chamada Jacu Pêssego. O Município de São Paulo tem só 20 km, embora ela tenha no total 51 km. Saindo do aeroporto de Guarulhos, aqui, aqui tem meia dúzia de kms. Nesse momento, Estado e Município estão trabalhando nesses 2 km da Ayrton Sena até o trecho que está pronto – isso deve ficar pronto no ano que vem. Depois nós temos 12 km dentro de São Paulo, já funcionando. Temos mais meia dúzia na Ragueb Chohfi até a divisa com Mauá, e temos 8 km dentro do Município de Mauá, já aproveitando uma boa parte da Avenida João XXIII, e em seguida o Rodoanel. Essa rua aqui é o Rodoanel. Essa semana as obras do

Rodoanel foram iniciadas. Essas obras vão demorar 4 anos e todos os canteiros estão instalados, e as máquinas devem começar a trabalhar ainda esse ano com orçamento militar. Hoje o trecho do Rodoanel tem 57 km. Daqui até Taboão, 57. Daqui para lá, 51. Essa é a Jacu Pêssego - aqui está o futuro Rodoanel. Se nós pegarmos a Jacu Pêssego e mais ainda a Tibiriçá, que é uma rodovia existente aqui de 40 km. A gente da cidade de São Paulo conhece, mas ela não fica na cidade de São Paulo; mas faz a ligação Ayrton Senna / Dutra com a Anchieta. E muito provavelmente a Jacu Pêssego mais essa avenida, essa estrada Tibiriçá, podem fazer o papel de Rodoanel Leste-Oeste. Talvez pelos próximos 10 anos. Vou dar um exemplo daquilo que está sendo imaginado. Com respeito a parte de drenagem queria fazer dois comentários sobre duas obras importantes também, uma delas é a obra do Pirajuçara. O Pirajuçara é um córrego, tem 17 km, porém só 6 dentro da cidade de São Paulo, os outros 11 são limites com Taboão, Itapeverica. Esse córrego - aqui é a divisa São Paulo - Taboão, ele sai daqui do Rio Pinheiros, na altura da Cidade Universitária. Nesse córrego, nós estamos fazendo algumas ações de drenagem importantes. Uma delas o piscinão da Sharp, que fica aqui nessa posição onde era a indústria da Sharp. Esse piscinão é grande e vai ser feito pelo Estado e pela Prefeitura. Mas eu tô chamando atenção para essa ação porque estamos projetando um túnel de 4,5 km desse ponto até o Rio Pinheiros, em vez de reforçar essa galeria que é muito cara, ao longo da José de Almeida, nós estudamos aqui a possibilidade de fazer uma ligação do Pirajuçara com o Tietê, passando sobre a Giovanni Gronchi, a uns 70 m de profundidade. Acho que no futuro, nós vamos ter que começar a pensar em soluções desse tipo. Na medida em que as imagens de satélites, as imagens de radares, nos proporcionam conhecimento antecipado de 2, 3 horas, das enchentes, nós vamos administrar o fluxo de água das enchentes de uma forma semelhante como é no setor do tráfego. Acho que isso vai acontecer a longo prazo na medida em que esses conhecimentos fiquem cada vez mais disponíveis. Como nós já vimos, no Anhangabaú, essa coisa que nós queremos fazer no Pirajuçara, já foi feita a uns 40, 50 anos atrás. Essa solução no lugar da bacia do Itooró. Essa ligação chamada Moringuinho, é uma ligação que foi encontrada, não tinha cadastro, onde foi feita a linha Norte-Sul, em 71. Foi

encontrado uma alvenaria de tijolos e ela serviu exatamente para pegar as águas do Itororó e jogar no Tamandateí. Essa alvenaria funciona e nesse momento está sendo reforçada. Quer dizer, ao invés das águas irem para o Anhangabaú, elas passam sobre a avenida da Liberdade. Nesse momento nós estamos ultimando estudos do reforço da galeria do Anhangabaú que passa na Avenida Nove de Julho, aqui a Paulista, Trianon. Essa galeria do córrego que passa na avenida Nove de Julho, a licitação deve sair o mês que vem, e vamos fazer uma ligação muito importante a exemplo do Moringuinho e a exemplo do que está sendo feito no Pirajuçara, a ligação do Anhangabaú no Tamandateí passando perto da onde nós estamos aqui. Nós vamos fazer a ligação passando muito perto desse prédio. A água vem pela Nove de Julho, vem pela 23 de Maio, aqui tem um córrego no Bexiga, ela vai subir, e em vez de encontrar com o Tamandateí lá em cima, depois da 25 de Março, as águas vão entrar aqui e vão serem conduzidas para o Tamandateí. Agora, a nossa grande limitação são os recursos. Quer dizer, a gente sente que o investimento deveria ser muito maior, por outro lado nós estamos numa realidade orçamentária, e o que sobra é muito pouco. Para vocês terem idéia, nós estamos fazendo nesse momento o complexo Jurubatuba, que nós entregamos parcialmente na semana passada, na ordem de 100 milhões. A ponte das Águas Espraiadas, 200 milhões, a Radial Leste 200 milhões, quer dizer, só essas obras, hospital Tiradentes 100 milhões e hospital *(não foi possível identificar o nome do hospital)* 100 milhões, só aí dá 500 milhões. O que o Luna dispõe de recursos para o ano que vem é muito pouco, é um número inferior a esse para toda a prefeitura. Nós temos uma situação muito séria. Olhando a longo e médio prazo nós temos que arrumar condições para nos endividarmos mais, porque não há condição de tocar esse tipo de empreendimento com os recursos da Prefeitura. Agora, queria ressaltar que na administração Serra/Kassab, esse dado foi posto sobre a mesa. A minha impressão é de que o investimento da Prefeitura de São Paulo, por conta dela, não tem um limite superior à ordem de 250 milhões de reais, 100 milhões de reais. Qualquer empreendimento acima disso tem que ter um outro esquema de ajuda Federal, ajuda Estadual, participações públicas ou privadas, ou pedágios. 250 milhões de reais equivale a 1 km de metrô. Eu acho que a Prefeitura não tem condições.

Isso foi visto, muito mais do que visto, uma série de provisões que foram tomadas para que as maiores obras metropolitanas fossem passadas para o Estado. Então a Jacu Pêssego a qual me referi, as obras da Bandeirantes, as obras do Expresso Tiradentes, as obras que estão em curso na Marginal Tietê, Pinheiros; essas obras foram feitas em convênio e o Estado deve ter uma participação muito grande, mesmo porque essas obras são obras metropolitanas. Se nós fomos pegar os conjuntos de obras metropolitana na área de transporte, da ordem mais importante, nós temos a do Metrô, e vocês se lembram que era uma Companhia Municipal. O Metrô de São Paulo era uma Companhia do Município de São Paulo e assim ficou por vários anos. Quer dizer, parte da primeira linha do metrô era municipal, todos os recursos de São Paulo estavam sendo canalizados para a linha de metrô. O setor entendeu que era impossível e aí passou para o Estado, e realmente os investimentos para o Metrô não cabem na Prefeitura. Da mesma forma o Rodoanel. Quando ele foi concebido, a distribuição de recursos era 50% pro Estado, 25% pra Prefeitura e 25 % pro Governo Federal. A Prefeitura não pôde pôr nenhum tostão. Na minha opinião, não tinha nenhuma condição de pôr recursos nesse trecho de 57 km. Essa visão de que o Estado precisa se voltar pros nossos 10 milhões de habitantes mais os 8 da região metropolitana, há quase metade da população do Estado onde estão todos os problemas, os maiores problemas do estado de São Paulo. Agora, essas providências foram tomadas, estão em andamento, e vamos torcendo para que continue essas aplicações práticas realmente se realizem. Agora queria colocar um pouquinho algumas idéias amarradas na parte do Felipe. Eu acho que nós temos algumas ações, que não são essas grandes que a gente tá falando de grandes investimentos. Podíamos falar de outros investimentos, mas eu acho fundamental de que a gente precise começar enxergar a cidade como uma cidade que precisa ser operada e mantida. Precisamos operar e manter a cidade. Precisamos pegar todas as experiências das companhias do Estado, que têm mais recursos, que tem experiência, elas têm condições de nos ajudar, em particular a SABESP. A SABESP é uma companhia cujo trabalho é absolutamente fundamental para a cidade de São Paulo. Nós temos que ter uma unidade, aqui na Prefeitura, que possa conversar com a SABESP, que possa caminhar

junto com ela, de tal forma que toda a drenagem já chegue feita sem o esgoto. Em alguns aspectos, que não são propriamente da nossa área mas que eu acho muito importante, é de que nós precisamos recuperar um pouco a autoridade nossa. Hoje o ponto mais significativo é o problema das invasões. Quer dizer, a cidade de São Paulo convive com invasões diárias, e de certa forma a gente aceita isso. Eu acho que o processo das invasões deveria ser administrado daqui para frente de tal forma que as invasões parassem. Eu acho que isso é possível. Nós temos 2 dos 31 subprefeitos, que não deixaram fazer nenhuma invasão. Aliás, porque não todos? Nós temos 6.000 guardas metropolitanos. Acho que o processo, a gente trabalhar num córrego que tá invadido, o custo para tirar as famílias é muito alto. Aí não se limpa o córrego, é só esgoto. Então, um dos pontos fundamentais é que eu acho que nós devemos ter autoridade para não deixar invadir mais.

Outro aspecto também, das calçadas, eu acho fundamental. Nós temos 30.000 km de calçadas. Tem lugares que se nós pisarmos na calçada, não pode. Na Teodoro não pode, mas se pisar na rua vai ser atropelado, porque a calçada é ocupada por camelôs. Eu acho que isso é um negócio que precisa ser revisto. Se a calçada foi feita pro pedestre andar, então por que a gente aceita o fato de serem ocupadas por camelôs, pelo comércio, e o pedestre é obrigado a andar na rua? Existe isso em vários lugares da cidade.

O problema de recursos humanos da Prefeitura é bastante complexo, existe um monte de leis, mas não podemos ignorar que nós temos 140 mil pessoas, com grandes exceções, gente da maior qualidade trabalhando, outros nem tanto. É um mundo que não se enfrenta. Quer dizer, passa o prefeito A,B,C,D, e essa massa não tá bem administrada, não tá bem regida, e é absolutamente fundamental para que a cidade possa se estruturar e se preparar para o futuro. Nós temos que instrumentalizar a cidade na área da informática, na área da gestão, por exemplo, a tabela de preços. Tabela de preços tem que ser uma tabela justa, que atenda o interesse dos empresários, mas que atenda também o interesse da Prefeitura. Essa tabela estava desatualizada a cerca de 20 anos, ela só vinha sendo corrigida monetariamente. Então eu acho que na parte da gestão nós temos muito que ver ainda. E da mesma forma que a cidade de São Paulo não pode ser planejada sozinha, a própria

Secretaria de Infra-Estrutura e as responsabilidades que tem, ela não pode deixar de coordenar, se entrosar com todas as outras secretarias. Metade das secretarias da Prefeitura tem um planejamento muito grande e esse é o grande desafio, é a gestão. A oportunidade desse Plano Estratégico sendo atualizado e com a colaboração de vocês, no sentido de olhar essas políticas urbanas, eu acho que a gente pode caminhar bastante. É isso que eu espero, e agradeço pela atenção.

FRANCISCO VIDAL LUNA - Secretário Municipal de Planejamento

Membro do Conselho. Por favor.

CÂNDIDO MALTA CAMPOS FILHO

Cândido Malta, do Defenda São Paulo. Quero parabenizar o secretário da SIURB pela descrição que fez e que mostra uma vontade de esclarecimento dessas questões que são importantíssimas para a cidade de São Paulo.

Queria levantar uma questão que é entrelaçada ao que foi dito e que me parece importante, que é essa do controle das invasões. Também me parece que a Prefeitura perdeu uma certa autoridade e ela poderia ser recuperada, eu concordo com o seu argumento, só que vejo que isso depende de uma política habitacional, porque essas invasões são muito fruto de uma ausência de oferta a nível com a capacidade aquisitiva dessas populações mais pobre, e por falta de opção acabam invadindo a área pública. Porque quando há invasão na área privada, os proprietários cuidam de juridicamente acionar a justiça para recuperá-la. No caso da área pública tem havido uma condescendência, vamos dizer assim, por conta de uma oferta insuficiente de habitação subsidiada. Eu entendo que para que a gente possa caminhar nesse sentido e dentro da revisão do Plano Diretor, deveria ser desenvolvida uma política habitacional com coerência a essa idéia que Vossa Senhoria apresentou. Isso é possível e eu sei que a CDHU, nesse momento, desenvolve uma política habitacional para o Estado, e portanto, com visão metropolitana. E eu estive conversando com alguns desses técnicos e eles têm dito que é preciso priorizar a região metropolitana, porque o governo do Estado tem priorizado o interior, e com isso,

aqueles que estão aqui morando, que vem migrar para São Paulo, não tem encontrado dentro da política de habitação o suficiente em termos de oferta e há recursos que podem ser priorizados na região metropolitana, como por exemplo, se adotar o critério de que o tamanho do problema metropolitano poderia gerar um percentual de distribuição desses recursos para a região metropolitana, então é possível caminhar nessa direção.

Seria importante nós termos a dimensão das invasões. Ver quanto está ocorrendo por mês, por ano, por número; se pudéssemos ajudar a definir isso. Não sei se a COHAB de São Paulo tem. O Ortega vai provavelmente falar sobre isso. Eu gostaria de deixar a minha contribuição com a preocupação com o outro lado, com a política habitacional.

ORLANDO ALMEIDA FILHO - Secretário Municipal de Habitação

Queria agradecer as manifestações do professor Cândido Malta, que por ser o professor universitário, talvez mais importante universitário, de arquitetura na FAU, assim como foi secretário da Prefeitura, são sempre bem vindos.

A questão levantada pelo Dr. Antônio Arnaldo se refere a dois fatos importantes: primeiro a autoridade pública retomada no sentido dos camelôs, que nós sabemos os problemas que nós temos hoje, e as pessoas inclusive são atropeladas porque não conseguem andar nas calçadas, tema que não foi trazido evidentemente pelo professor Cândido Malta, no momento achei que poderia se dissertar sobre esse assunto. A outra questão são as invasões, porque a Prefeitura está fazendo um trabalho conjunto com a secretaria de infra-estrutura urbana, secretaria do verde e do meio ambiente, bem como secretaria da habitação, porque a maioria dos córregos tem suas margens ocupadas por sub-habitações e no momento em que se pretende fazer um sistema de drenagem adequada, há a necessidade da remoção dessas famílias da beira desses córregos. Principalmente para atender a família no sentido de ter uma habitação digna, como também da limpeza do córrego, e da possibilidade de prevenir problemas com relação à enchentes, e é por isso que o Dr. Antônio Arnaldo tocou nesse assunto do respeito à autoridade pública.

Por outro lado, tem razão também o professor Cândido Malta, do interesse que o governo do Estado tem com relação ao CDHU de planejar habitações na região metropolitana. Isso se deve principalmente ao trabalho desde o início, do prefeito Serra, que convocou aqui à Prefeitura, o Presidente do CDHU, na ocasião Emanuel Fernandes, que também era o Secretário da Habitação. Nós fizemos então, junto com o Raul do Valle, um processo que hoje está sendo conhecido pela população, que são exatamente as parcerias com a CDHU, COHAB e também com o governo Federal. O governo Federal retém recursos enormes para habitação, vários planos subsidiados do FAT e do próprio fundo de garantia e que infelizmente pela burocracia não consegue aplicar. Esse tema será tema de uma palestra com os nossos colegas de Secretaria de Habitação. Faremos aqui nesse auditório e as pessoas serão convidadas para isso. Eu acho que não é o tema principal hoje, e eu tenho certeza que o Dr. Luna pretende dar continuidade à pauta que aqui foi colocada.

FRANCISCO VIDAL LUNA - Secretário Municipal de Planejamento

Só para informação, nós fizemos na reunião passada uma reunião sobre transportes. Nós estamos fazendo hoje uma de infra-estrutura urbana e nós queremos fazer ao longo desse segundo semestre mais duas: uma sobre habitação e outra sobre verde e meio ambiente. Esses temas vão ser tratados não em detalhe, num nível de abertura que permite uma visão maior das linhas gerais que vão ser imprimidas aqui no conselho. Eu gostaria de lembrar alguns convênios que nós fizemos. O secretário Antônio Arnaldo falou sobre isso, eu tenho a impressão que nós assinamos vários convênios com o Estado, que de alguma maneira entendeu que essa parceria com o Município e a questão da região metropolitana, deve ser encarado com maior prioridade por parte do próprio Estado. Então firmamos convênios com o CDHU, importante em termos de recursos. Firmamos um convênio sobre a Água Espreada que, eventualmente pode se transformar numa ligação com a Imigrantes, ou não. A extensão é uma obra metropolitana que deve ter ligação com o principal corpo. A extensão da Água Espreada passa particularmente por uma questão da habitação, então o nosso convênio com o CDHU é importante. Fizemos convênio sobre a Jacu Pêssego, que

é uma obra tipicamente metropolitana que vai para Guarulhos, vai para Mauá. Fizemos um convênio com a SABESP, para que se façam gradativamente as obras de saneamento de esgoto, na medida que nós fazemos os nossos trabalhos com os córregos. A maior parte dos córregos hoje estão fechados porque o que se está evitando é o esgoto, se a SABESP viesse junto, a canalização do esgoto seria uma coisa singela, desde que o esgoto fosse coletado pelo sistema da SABESP, e de alguma maneira, a SABESP e o Município interagiram muito pouco até agora.

Nós estamos fazendo também um convênio sobre a Bandeirantes, aquela pista segregada. Então tem uma série de obras de infraestrutura que nós temos assinado convênios com o Estado, que nos ajudará, entendendo que várias dessas obras que estamos fazendo tem dimensão metropolitana e o Município de São Paulo não tem condição sozinho para fazer essas obras. Acho que essa volta para São Paulo, na sua dimensão metropolitana, é uma visão importante que o Estado acabou fazendo nesse último ano. A partir de 2005, pelo menos, nós conseguimos conviver relativamente bem com o Estado. Vou dar a palavra a mais alguém. Por favor, Dr. De Nero.

JOÃO ANTÔNIO DEL NERO

João Antônio Del Nero, Presidente da SINAENCO São Paulo. Essa visão de planejamento metropolitana que o Arnaldo destacou é muito correta. Eu trabalhei quase toda a minha vida, até a morte dele, com o prof. José Carlos Figueiredo Ferraz, que como prefeito em 70, dizia que o crescimento desordenado de São Paulo tinha que parar. Estudos, então, do crescimento populacional definiam que a população crescia em progressão geométrica, e os recursos em projeção aritmética. Os problemas só iam se agravar. Essa visão metropolitana, eu participei do HIDROPLAN, que foi um plano de recursos hídricos, de coleta de água e tratamento, tratamento de esgoto e lixo, que o Banco Mundial obrigou a ser feito, para fazer o projeto do rebaixamento da calha do Tietê. Isso vai muito de encontro com a má notícia, não adianta rebaixar a calha se não houver planejamento e continuar o lixo sendo jogado nos córregos, nos afluentes do rio. A notícia boa que esse plano demonstrou, esse plano pegava a Grande São Paulo e as bacias interligadas ao rio

Piracicaba, de onde chega 33 m³ de água a São Paulo, e da bacia da Baixada Santista, que consumia água gerada em Guarapiranga. Mostrou esse plano que estava atendendo ao crescimento de população nessa região para estacionar num limite de cerca de 22 milhões de pessoas. O plano foi feito para 22 milhões de pessoas. O que quer dizer isso? Que uma integração entre Estado, Município, Grande São Paulo; a população se estabilizando, São Paulo virou uma cidade de serviços, as indústrias estão saindo do ABC, as novas fábricas foram feitas fora do ABC, da indústria automobilística. Isso quer dizer que com poucos recursos para pouco que tem que ser feito, vai poder gradativamente com boas políticas recuperar os grandes centros urbanos. Esse fenômeno de urbanização é um fenômeno universal, com a mecanização da lavoura. Trabalho muitas cidades da América Latina. Mesma coisa Lima, tem metade da população do Peru. Queria dizer também que o SINAENCO, há um ano e pouco atrás, criou o programa Prazo de Validade Vencida, que foi para mobilizar diferentes administrações para a necessidade de manutenção do que foi construído, seja edifícios, pontes, o que foi construído com o dinheiro do contribuinte. Esse plano teve repercussão no Brasil, Pernambuco, Ceará, a Bahia já fizeram; e está tendo repercussão no interior do Estado, cidades como Piracicaba, Santos, e tudo isso. A necessidade de manutenção é uma coisa que precisa ser conquistada pela população e que os políticos dêem respaldo a isso. Obrigado.

FRANCISCO VIDAL LUNA - Secretário Municipal de Planejamento

Mais Alguém?

Eu preciso dar a palavra primeiro ao conselheiro.

Secretário, quer falar alguma coisa?

Vou agradecer a apresentação do secretário.

ANTONIO ARNALDO DE QUEIROZ E SILVA - Secretário Municipal de Infra-estrutura Urbana

Uma coisa que eu esqueci de dizer. Acho que uma das políticas que nós deveríamos adotar era nós termos na Prefeitura, em particular na nossa secretaria, um estoque de projetos básicos, de bons projetos básicos. Acho que nós deveríamos ter um estoque de três ou quatro vezes a

capacidade do investimento da cidade, seja nas áreas de drenagem, seja nas áreas de sistema viário, de tal forma que à medida que os prefeitos vão tomando posse, eles têm um cardápio de bons projetos básicos no estoque. Acho que uma das nossas falhas é que, por falta desse estoque, muitas vezes uma determinada administração, identifica uma obra prioritária, o projeto não tem boa qualidade, o prazo é curto, a eleição se aproxima, e no fundo a obra é cara e não é a melhor. Acho que politicamente nós deveríamos ter na Prefeitura um bom estoque de projetos, de forma que a gente pudesse ter as obras mais rapidamente e mais barato.

MAURO FRIEDHOFER

Secretário Dr. Antônio Arnaldo, parabéns pela sua exposição. Eu gostaria de aproveitar a sua presença aqui para eu tocar num assunto que ainda não foi tocado nesse conselho, mas que preocupa os colegas em geral. A Prefeitura tem um setor que é muito pouco conhecido pela população. É um setor chamado PATRI, um órgão chamado PATRI, responsável pelo patrimônio da Prefeitura. O senhor mencionou que a Prefeitura tem 195 prédios em São Paulo. Agora, a quantidade de áreas públicas, a quantidade de propriedades que São Paulo tem, eu não sei quem é que sabe esse número. Eu estive várias vezes lá em HAB, tratando de assuntos profissionais, e aquilo é um negócio que assusta. Eu não tenho culpa se as demais secretarias não conseguem as informações na medida necessária. Hoje, que nós temos a facilidade da informatização e de tudo isso, eu acho que seria bastante adequado que o Prefeito em algum momento do seu mandato determinasse que o PATRI informatizasse tudo isso, que a relação das propriedades fosse disponibilizada para as demais subprefeituras, afinal o PATRI só tem a tutela disso, quem vai planejar o que fazer, como utilizar é EMURB e SEMPLA. Quem vai executar é SIURB e vai fiscalizar. No entanto tá tudo guardado lá, e essa é a preocupação. Obrigado

FRANCISCO VIDAL LUNA - Secretário Municipal de Planejamento

O PATRI fica ligado a negócios jurídicos, mas a gestão desses imóveis ele foi retirado dessa área, foi criado um conselho gestor desse patrimônio, para dar uma vida a esse patrimônio. Isso basicamente tem

participação dos secretários e é presidido pelo Secretário de Gestão, Januário. Nós estamos desde o início da gestão discutindo e estudando vários processos de informatização desses patrimônios. Nós tomamos conhecimento nesse período de um sistema que o Estado implantou, pois também era pouco informatizado e adotou um sistema de informatização, e nós estamos vendo a melhor forma de informatizarmos os nossos patrimônios. Uma parte está informatizada, a outra não, mas de qualquer forma tem se feito um trabalho importante e hoje nós temos conhecimento da maior parte do patrimônio. Como o sistema ainda não está adequado de gestão no ponto de vista da informatização, ainda é uma coisa pouco prática, mas nós estamos caminhando nesse sentido. De fato, a Prefeitura tem um patrimônio imenso. Partes desse outros conhecem, ou muitas vezes quando se vai fazer a venda de algum patrimônio, o que dificulta é o parcelamento, titulação, então está se fazendo um levantamento para ver a situação inclusive legal desses terrenos, ou desses imóveis, se houver a necessidade de mobilizar algum desses arquivos que a Prefeitura tem.

CÂNDIDO MALTA CAMPOS FILHO

Queria lembrar que a questão do plano de macro-drenagem que foi feito pelo Governo do Estado para a região metropolitana para a alta bacia do Tietê, se não me engano em 95, algo assim, 94, gestão Mário Covas. Esse plano tem uma dificuldade: ele foi feito sem prever o crescimento da mancha urbana. Essa informação obtive com os técnicos do DAEE, e foi confirmada. Então, se naquela ocasião há 10 anos atrás, o crescimento da mancha urbana não foi previsto, as previsões do plano correm o risco de serem muito insuficientes porque com o crescimento da mancha urbana, a água drenada aumenta, e portanto os piscinões e canais previstos se tornam insuficientes. Essa questão está no momento sendo levantada, seria o relacionamento da Prefeitura de São Paulo, que talvez seja a principal interessada, porque São Paulo está no centro da bacia e tudo que se amplia em termos de área urbanizada dos Municípios vizinhos, acaba sendo trazida para São Paulo. Essa revisão me parece importante em conjunto com essa mudança técnica que a SIURB está adotando em deixar de fazer piscinões em alguns casos, para galerias do Anhangabaú se ligando ao Tamanduateí, mas também

diante da nova filosofia que a Prefeitura está adotando da recuperação dos córregos e rios canalizados, coisa que eu, como conselheiro da EMURB, apóio. Lá dentro está se inaugurando com o secretário Eduardo Jorge, três vales que estão sendo objeto de uma reabertura do que antes havia sido canalizado. Essas questões que se relatam deveriam ser também objeto da revisão do Plano Diretor, do Plano Diretor Municipal, articulado com o Plano Metropolitano, que eu acho que deve ser feito, tendo foco nessa questão da macro-drenagem interligada à micro-drenagem, que é tarefa do município.

ANTONIO ARNALDO DE QUEIROZ E SILVA - Secretário Municipal de Infra-estrutura Urbana

Queria só fazer um comentário a respeito do que o professor colocou. Nesse momento, nós estamos fazendo na cidade algumas ações, uma delas num córrego hibernado, um córrego pequenininho, perto do aeroporto de Congonhas, ele quase que nasce na garagem do aeroporto de Congonhas. Nesse pequeno trecho foi feita a canalização a céu aberto e o esgoto ao mesmo tempo, e a Secretaria do Verde nas próximas semana vai implantar um Parque Linear. No córrego Taboão, na Zona Leste, em frente ao Aricanduva, tá sendo feito nesse momento, nas cabeceiras do córrego, exatamente a mesma coisa. A drenagem, ao mesmo tempo o esgoto e Parque Linear, córrego Taboão. Esse esforço do Franquinho, não vamos chamar de Parque Linear, mas sim de Canteiro Linear. A visita do Prefeito deve começar com o Canteiro dos Girassóis. Tem um lugar onde tem uma boa plantação de girassóis. Esse canteiro tem 4 km, então onde não for possível fazer um Parque Linear, que a gente faça um Canteiro Linear de girassóis. Então estamos aguardando uma resposta da SABESP, de tal forma que no córrego do Machados, Zona Leste, perto de São Mateus, afluente do Aricanduva; as obras possam ser concomitantes, de acordo com o convênio que nós fizemos. Essas ações estão sendo feitas também, Prof. Cândido, com o DAEE. Quer dizer, qualquer ação deste porte, implantação de piscinão, implantação da drenagem de uma bacia importante, nós temos mantido um contato excelente no Estado, na pessoa do DAEE.

FRANCISCO VIDAL LUNA - Secretário Municipal de Planejamento

Eu vou considerar essa matéria por encerrada, e eu queria discutir o segundo item da nossa pauta que seria a alocação dos fundos do FUNDURB. Vou chamar o Manuelito, secretário executivo, ele pode apresentar. Nós fizemos uma reunião e nós alocamos conforme uma diretriz que os senhores estão recebendo agora. Como na verdade essa alocação envolve quatro secretarias, envolve Habitação, envolve Infra-Estrutura Urbana, envolve Cultura, envolve Verde e Meio Ambiente, Transporte também. Nós temos três secretários envolvidos no tema, e dois representantes, basicamente o Verde, o Eduardo Jorge tá na entrevista do Jornal da Tarde, não pode vir, mas eles podem inclusive explicar melhor cada um dos projetos.

MANUELITO PEREIRA MAGALHÃES JUNIOR

Bom dia a todos. Na semana passada, no dia 20 de setembro, reuniu-se aqui o conselho gestor do FUNDURB, composto pelo secretário, o Dr. Eduardo, que não está aqui, mais o Dr. Gerson e Dr. Reinaldo, representantes do CPMU. Naquele momento foram apresentados pelas secretarias os projetos que elas gostariam de ver implementados através dos recursos do FUNDURB, que como o secretário explicou na reunião passada, praticamente advém da outorga onerosa. Inicialmente foi apresentado pelo presidente do Conselho Gestor, Secretário de Planejamento, a estimativa financeira e orçamentária da Prefeitura, projetou de recursos do FUNDURB para o ano de 2007, foram da ordem de 160 milhões de reais. A partir disso, iniciou-se um debate e apresentação de projetos por cada secretaria. Como todas têm um representante aqui, os senhores também receberam algum detalhamento desses projetos. Naquele momento o conselho, analisando os projetos, decidiu pela alocação da seguinte forma: 22 milhões de reais em projetos de proteção de áreas de interesse histórico e cultural, a cargo da Secretaria Municipal de Cultura, que vem a ser o projeto que vocês estão recebendo da Vila Itororó e projeto da Praça das Artes. Foi decidido também a alocação de 40 milhões de reais para projetos da implementação de Parques Lineares, que os senhores também receberam o detalhamento da representação desses parques. Em função da implementação desses Parques Lineares, também será necessário investimentos em drenagem e saneamento de córregos e

ficou decidido a alocação de recursos da ordem de 38 milhões de reais a cargo da Secretaria Municipal de Infra - Estrutura Urbana. Também em função da implementação desses três projetos já falados, há a necessidade de interagir com a área habitacional, portanto foram alocados recursos da ordem de 40 milhões de reais, tanto para regularização fundiária, como para projetos habitacionais relacionados a essas ações. E por fim, foram alocados 20 milhões de reais na melhoria de equipamentos urbanos, entendidos como a melhoria de calçadas, a cargo da Secretaria Municipal de Transporte e da Secretaria Municipal das Subprefeituras. Continuando o debate, o conselho entendeu que há a necessidade de acompanhar a execução orçamentária, a efetivação desses projetos ao longo do exercício. E aqueles projetos que tiveram performance melhor do que os outros, caso aconteça algum entrave na sua execução, problema burocrático mesmo, inação; o conselho entendeu que é necessário se permitir se fizessem a realocação de recursos entre esses projetos ao longo da execução. Beneficiar quem for mais competente, quem for mais eficiente na aplicação dos recursos. Acho que seria também interessante que o Dr. Gerson e o Dr. Reinaldo pudessem se manifestar a respeito da reunião.

FRANCISCO VIDAL LUNA - Secretário Municipal de Planejamento

Queria só esclarecer que, a mecânica em que nós estávamos pensando é que aprovada essa alocação, tem que passar por um conselho de política urbana, nós vamos colocar isso, nós temos que encaminhar isso num orçamento que é encaminhado agora à Câmara. E depois há a abertura desses projetos; definir exatamente o córrego; a ação das calçadas; serão projetos detalhados pelo próprio conselho eleito pelo CPMU. Agora nós estamos caminhando nesse nível de informações. Uma coisa ainda rápida, basicamente ainda nesse nível que seria enviado à Câmara, e depois esse detalhamento é gradativamente feito na medida em que vão se aprovando esses projetos. Esses projetos seriam apresentados e aprovados pelo conselho. Queria dar a palavra ao Gerson, os dois membros.

GERSON GOMEZ

Gerson Gómez, arquiteto, membro eleito para a macro região Sul 1. De

nossa parte o que nos surpreendeu nessa reunião foi a sinergia entre as secretarias e a forma com que essas verbas foram alocadas, essas parcelas para cada secretaria. Fizemos questão de deixar isso registrado naquela oportunidade, e é sabido que 20 milhões, 40 milhões para cada obra que foi pleiteada, não atende a necessidade para findar essas obras propostas ou esses projetos referidos. Então ficou definido que essas obras ainda seriam a prioridade no ano seguinte para que não ficasse nesse negócio de não acabar uma obra aqui em São Paulo, por questões qualquer que sejam elas, e não termina a obra; e por problemas políticos a cidade e a população pagam o pato. Um exemplo é o atual expresso Tiradentes, também conhecido como fura-fila. Isso prejudica moradores e empresários da região que tem obras públicas iniciadas e tem seu patrimônio pessoal afetado, sua qualidade de vida e de toda a micro-região que essa obra afeta. Então nós fizemos questão, nós estávamos de acordo com a forma que isso foi colocado, há prioridades para cada obra como foi colocado, fazendo ressalva nisso; que essas obras, que a verba não vai dar para finalizar, mas que sejam ainda prioridade até o fim do projeto.

REINALDO MARTINEZ RUIZ

Reinaldo, engenheiro civil, eleito macro-região Leste 1. Para não ser repetitivo, faço minhas suas palavras, somente acrescentando que tive uma impressão muito positiva. Confesso que tive um certo receio, dois representantes da população - vou usar um palavra forte - contra oito secretários municipais. Isso não aconteceu de forma alguma, quero agradecer a todos vocês aqui, nós estamos no mesmo nível, de igual para igual; as nossas propostas também foram ouvidas, e a gente discutiu muito pouco porque a gente entendeu que o que precisava ser apresentado era importante, interessante e justo, sem nenhuma crítica ou alguma coisa assim. O que a gente entende só como negativa é a falta de verba. O que foi colocado nessa reunião que me espantou, do FUNDURB, é que mesmo esse recurso sendo muito pouco, pelo que eu entendi, um terço do valor do investimento que São Paulo vai ter, é o valor que está no FUNDURB. Para você ver, mesmo tendo pouquinho, a importância que tem. A gente se coloca à disposição do conselho, eu e o Gerson já conversamos muito a respeito disso. Todas essas informações

pelo que eu senti, não vão ser tão necessárias porque a direção da CMPU vai trazer, mas nós conselheiros também vamos fornecer material para vocês, tudo o que tiver de conhecimento para passar para todos. Obrigado.

FRANCISCO VIDAL LUNA - Secretário Municipal de Planejamento

Quero agradecer primeiro a manifestação e quero até colocar que foi na discussão, um minuto só por favor, foi do Reinaldo a sugestão, nós vamos fazer um acompanhamento mensal desses projetos, e foram duas decisões importantes tomadas, foram mencionados aqui : uma, se na verdade alguns projetos andam mais rápido que outros, por qualquer razão, que na verdade possa haver dentro desse conjunto de projetos, mobilidade de recursos, e outra, nós vamos aprovar um novo regimento do fundo. O regimento era antigo, e nós abordamos nessa primeira reunião que no regimento do fundo se estabeleça que sempre que um projeto - quando nós formos fazer alocação no ano seguinte de recursos para isso - primeiro se atenda os projetos que nós iniciamos agora, que não foram definitivamente completados. Foram duas menções, que foram aprovadas. Estará na revisão do regimento. Nós queremos fazer reunião, talvez nos próximos 30 dias, e outra coisa estabelecida nessa pauta, que é a possibilidade de remanejamento de recursos.

NELSON SAULE JUNIOR

Nelson Saule Junior, do Instituto Polis. Eu só queria verificar como nós devemos proceder aqui no conselho, referente a essa relação com esse Conselho do Fundo de Desenvolvimento Urbano.

Porque o pressuposto desse fundo, que foi previsto lá no centro da cidade e tá no Plano Diretor, está inserido num contexto mais geral que é da questão democrática da cidade no sentido de que esses recursos, por serem decorrentes da outorga onerosa, mas não é só desse instrumento que se pode ter receitas desse fundo, pressuponho que esses recursos também sejam destinados para interesses que são essenciais dentro da cidade, um deles é a relação fundiária, como está bem claro no próprio Plano Diretor, do Estatuto da Cidade. E eu só queria colocar, não entro no mérito dos projetos que estão sendo colocados aqui, que foram aprovados no fundo para 2007, mas vai ser

muito importante, como o senhor colocou, ainda vai ser definido os projetos que vão ser executados, que houvesse talvez um processo um pouco mais amplo de discussão, talvez com os segmentos da sociedade, sobre quais os projetos devem ser prioritários. É claro que isso é decorrente da secretaria, dessas demandas, e é claro que é importante fazer a recuperação desse imóvel que é histórico e que também é uma questão fundamental para a cidade, mas eu acho que poderia-se haver um processo em que houvesse a possibilidade de se estar abrindo uma discussão maior com o segmento da sociedade, para se discutir que projetos que devem ter prioridade na alocação dos recursos. É claro que isso pode ser discutido na Câmara Municipal, ser apresentado na Câmara, mas acho que como vai ter um regimento novo, a ser discutido, estabelecesse alguns prazos para serem apresentados projetos, com a sociedade, discutir com as secretarias que fazem parte do conselho do fundo, acho que tentar estabelecer um processo um pouco mais democrático na perspectiva de definição desses projetos.

FRANCISCO VIDAL LUNA - Secretário Municipal de Planejamento

Se alguém quiser fazer uma discussão mais geral...

CÂNDIDO MALTA CAMPOS FILHO

Secretário, eu queria um esclarecimento mais sobre a origem dos recursos. Parece predominantemente da outorga onerosa, mas eu queria saber se também tem outra origem orçamentária e qual seria a proporção da outorga, porque ficou uma preocupação. Quando se imaginou a outorga, se imaginou que pudesse ser um instrumento de redistribuição de renda dentro da cidade de São Paulo. Com essa preocupação do fundo, queria saber o que é realmente da outorga e ter como critério, uma localização no território da cidade, dos projetos aprovados. Um deles eu conheço, é o caso do Itororó, o resto que eu conheço fica na periferia, embora seja um projeto culturalmente relevante. Mas eu queria ter um pouco esse critério, quer dizer, se houve esse critério na distribuição de renda, o que usamos desse recurso que vem principalmente da outorga onerosa.

FRANCISCO VIDAL LUNA - Secretário Municipal de Planejamento

O recurso do fundo, ele é atualmente só o da outorga onerosa. Como foi inclusive lembrado pelo Reinaldo, nós estamos aplicando aqui 160 milhões de reais. A capacidade de investimento da Prefeitura, exceto saúde e educação, esse ano nós estamos fechando o orçamento, não deve ultrapassar talvez 500 milhões, contando com isso, só para ter uma idéia da magnitude desses recursos, recursos próprios da Prefeitura.

Do ponto de vista de distribuição, eu tenho impressão que o elenco de projetos que nós colocamos, a própria Vila Itororó, tem um impacto, tem uma questão social importante. A Praça das Artes é uma questão urbana, não tem esse impacto redistributivo, poderia não ter; mas todos os outros projetos têm essa característica. No fundo, nós estamos falando de habitações, córregos e Parques Lineares que vão ser feitos essencialmente na periferia. Quer dizer, é ali que há a maior carência de córregos a serem trabalhados de alguma forma, canalizados, os Parques Lineares, essa habitação, a remoção, a regularização fundiária. Então, todo esse conjunto de recursos que monta 80% dos nossos valores que estão sendo alocados, basicamente vão para a periferia. Nós não discutimos isso regionalmente, mas é uma questão que já foi colocada e nós vamos basicamente, na aprovação de cada projeto, a questão da sua localização regional, dando preferência à periferia, é evidente. Acho que o que nós procuramos fazer agora dentro dessa macro-alocação é dar preferência a projetos que tivessem essa marca. Acho que essas ações claramente têm essa marca. Pode ser diferente a questão das calçadas, mas atende aos pedestres. Talvez possa ser definido mais ou menos uma região. A idéia das calçadas era escolher uma região e fazer uma grande concentração. Não precisaria ser uma, poderiam ser poucas áreas onde nós fizéssemos uma concentração para haver mudanças. Não se escolheu ainda a região, mas essa seria a marca. E os dois da cultura, Vila Itororó tem um componente cultural e social importante, a Praça das Artes eu diria que é muito mais uma questão de reurbanização, de revitalização do centro do que uma questão social. Eu queria dar a palavra...Como foi solicitado que cada um dos secretários viesse detalhar um pouco mais do projeto, mas como foi solicitado o detalhamento da Praça das Artes em particular, eu pediria para o secretário Calil fazer isso. Você pode fazer a Vila Itororó, foi

solicitado especificamente o da Praça das Artes. E outros estão aqui para num momento seguinte também, depois da apresentação do Calil, discutirmos os outros projetos; pelo menos uma noção geral do que se pretende.

CARLOS AUGUSTO MACHADO CALIL – Secretário Municipal da Cultura

Bom dia a todos, e eu queria registrar a minha alegria em ver a Secretaria da Cultura participando de uma discussão de política urbana. Normalmente as pessoas tendem a achar - isso não é uma crítica à população - que a cultura é uma coisa um pouco isolada em si, fechada em si mesma, e que cuida de uma parcela pequena da vida da gente. Mas estamos convencidos, cada vez mais, que a cultura faz parte da nossa vida muito tempo, muito mais do que se imagina, e da própria vida da cidade.

Eu queria em primeiro lugar registrar minha satisfação em estar presente nessa reunião, e se necessário voltar aqui, se possível vou estar aqui. A mim coube especificar dois projetos que foram encaminhados pela Cultura para esse fundo. Primeiro, é um projeto que foi chamado Praça das Artes, e que tem origem na convergência entre duas questões. A primeira questão é a seguinte, não sei se vocês estão informados, mas o Teatro Municipal é de 1.911. Todos os teatros de ópera inaugurados nessa época, que ainda dizem respeito portanto ao século XIX, esse teatro foi projetado para abrigar espetáculos, e não para produzir, não para ter corpos de Estado, ou central de produção, ou escolas de música e de bailado, enfim, foi pensado numa outra situação. Todos os teatros dessa época já têm há muito tempo um anexo ou uma outra construção, onde uma infra-estrutura toda está abrigada. Por que que eu digo isso? Porque se não tem uma outra sala do tamanho do palco para ensaiar, isso significa que todos os ensaios terão que ser feitos no palco, e feitos no palco, o teatro deixa de estar programado para o público naqueles dias, ou seja, a ocupação do próprio teatro depende de uma infra-estrutura espacial e técnica fora do edifício. Essa é uma questão que se arrasta há muito tempo. Só para vocês terem uma idéia, o Teatro Municipal do Rio de Janeiro já resolveu esse problema há mais de 20 anos. O anexo do Teatro Municipal e a sua

central de produção já tem mais de 20 anos, e nós não fomos ainda capazes de resolver esse problema. Essa é uma questão que se colocava e que se coloca há muito tempo na Cultura, para a solução, de um lado. Do outro lado, a Cultura participava de outras instâncias da Prefeitura, de uma espécie de solução de quebra-cabeça que se chama Quadra vinte e sete. Quadra vinte e sete é justamente essa quadra que fica de costas para o Teatro Municipal, entre o teatro, Conselheiro Crispiniano, Rua Formosa e São João. Essa quadra que tem sido estudada na Prefeitura há muito tempo, dizem que há 30 anos, e que até então não tinha encontrado uma solução satisfatória de revitalização. Ao aproximar as duas questões de revitalização, de reurbanização da quadra e da solução dos anexos do Teatro Municipal, imaginamos que a solução dos anexos estaria nessa praça; por isso que ela se chama Praça das Artes. Há os seguintes pressupostos: em primeiro lugar, há uma edificação muito valiosa do ponto de vista arquitetônico e cultural que é o edifício do Conservatório Dramático e Musical. Os conservatórios são criados há 100 anos e tem uma importância enorme na cultura da cidade. Para dizer o mínimo, mas óbvio; um dos professores mais ilustres, não o único, foi Mário de Andrade. Era de fato a instituição pela a qual passavam todos os estudiosos de música da cidade até uma certa época. O conservatório recebeu da Prefeitura durante muito tempo muito apoio: recebeu recursos, recebeu o prédio, que hoje o anexo fica atrás do conservatório, um prédio moderno que foi construído pela EMURB e doado ao conservatório, e portanto teve uma atenção muito grande do poder público, mas houve um problema de decadência da instituição e ela não conseguiu acompanhar a evolução no ensino de música, e ela foi perdendo a capacidade de investimento no prédio – como vocês sabem, basta passar em frente ao prédio – e o prédio está muito, muito deteriorado.

O primeiro pressuposto da revitalização dessa área é salvar, restaurar, revitalizar e devolver ao uso da cidade o prédio do conservatório, porque esse prédio tem a única sala de concerto de câmara da cidade de São Paulo. É muito curioso, mas é a única sala, que está sem uso público a muito tempo.

Outra questão fundamental de se mexer nessa quadra, é a questão daquela praça, que não é uma praça, é um dente. Os urbanistas e

arquitetos ilustres sabem muito melhor do que eu que aquilo não é uma praça. Aquela praça teve origem da demolição do quartel do exército, e ficou aquilo mal resolvido urbanisticamente, a ponto de hoje ser lamentavelmente um depósito de carrinhos de lixo da Subprefeitura da Sé. Essa área poderia ser melhor aproveitada, evidentemente, melhor aproveitada pela população, segundo pressuposto.

Terceiro pressuposto: basta passar pela Conselheiro Crispiniano para perceber como a questão de garagem nessa área não ta resolvida. A Prefeitura tolera que aqueles restos de chão, digamos assim, sejam utilizados como estacionamentos irregulares, porque não há uma alternativa para aquilo. Mas se nós fôssemos capazes de apresentar uma solução para aquilo, seria formidável para a cidade, e não só para o Teatro Municipal que precisa a noite ter lugar para os carros todos e durante o dia para aqueles que demandam o centro de trabalho e usam a calçada, os prédios ali da Conselheiro Crispiniano.

Esses três pressupostos também se beneficiam do seguinte fato: existe um desnível entre a Conselheiro Crispiniano e o Vale do Anhangabaú, desnível esse no qual seria permitido encaixar pelo menos quatro andares, estima-se três ou quatro andares, de estacionamento. Então, juntadas essas necessidades todas, apresentamos no final do ano passado um projeto que foi levado ao exame do Governo, - o Governo recebeu muito bem - no sentido de revitalizar essa quadra a partir de uma intervenção que pressupõe a revitalização do prédio do Conservatório, depois se agregou do Cine Caio que não tem tanto valor arquitetônico, mas que sabemos também não há a necessidade de ser demolido, poderá abrigar a sede do balé da cidade de São Paulo. Teríamos aqui a sede da Escola Municipal de Música, a sede da Escola Municipal de Bailado, os locais de ensaio da Orquestra Municipal e da Orquestra Repertório, que são duas orquestras, dois corpos de Estado, mais a sede dos dois corais - Coral Lírico e do Paulistano - e a administração do Teatro Municipal. Tudo isso ficaria numa galeria que seria construída onde hoje é o Cine Saci, e cujo térreo seria uma passarela, uma entrada, dando acesso a essa praça. Vocês têm o desenho. O desenho perfeitamente todo mundo conhece. Do lado onde tem uma pequena loja de venda de material religioso, aquele predinho seria utilizado para toda a documentação do Teatro Municipal, produção

artística, quer dizer, partitura e conservação de documentos da história musical da cidade, história da dança. Então neste núcleo todo se resolveria o anexo do Teatro Municipal, ao mesmo tempo criando uma situação que aparentemente resolve a primeiro nível o problema da garagem da rua Conselheiro Crispiniano, e com a possibilidade que não foi desenvolvida, mas que pode ser desenvolvida; de um projeto que ainda não foi feito - por motivos que eu posso explicar - pode haver uma ligação dessa garagem com o Vale do Anhangabaú. Uma entrada pelo Anhangabaú, saída pela Crispiniano, e vice-versa; e eventualmente uma expansão dessa garagem pelo Anhangabaú. Tudo dependerá do projeto que será contratado. Esse projeto chama Praça das Artes e ele me parece que resolveria, num médio prazo, as questões ligadas tanto à reurbanização, à revitalização dessa área, quanto às demandas do Teatro Municipal, históricas, já.

Há uma outra hipótese, que por enquanto é apenas hipótese, quero deixar bem claro; de que esse estudo de reurbanização também envolva a esquina da São João com a rua Formosa, onde então poderia ser implantado algum tipo de edificação para atender a demanda da Prefeitura. A Prefeitura de São Paulo tem hoje muitas das suas secretarias espalhadas em torno desse edifício, mas todos, edifícios alugados. Uma das hipóteses, que não está fora de cogitação, é a construção de um edifício para que a Prefeitura possa alugar, juntar todas as secretarias, sua infra-estrutura, que hoje se espalha em torno desse edifício.

Eu vou, então, falar rapidamente da Vila Itororó, depois abro a palavra a todos. A Vila Itororó é um projeto que não é da Secretaria da Cultura, quer dizer, originalmente; é um projeto de todos os arquitetos que muitos presentes conhecem, de 74, foi contratado pela COGEP e feito pelo escritório do Dr. Décio Tozzi - o projeto envolveu o Décio Tozzi e o Cláudio Tozzi, irmão dele e também o Benedito Lima de Toledo - até onde estou informado. Essa é uma construção muito peculiar na cidade de São Paulo, algumas pessoas chamam de bizarra, compósita, não saberia dizer exatamente, acho que os arquitetos sabem melhor do que eu como definir, mas ela de qualquer maneira é muito interessante, por vários motivos. Primeiro porque é arquiteturalmente única, construída de uma maneira totalmente irracional, com uma simples olhada dá a

entender. A partir do momento que ele tinha uma construção, o morador era homem de algumas posses, comprou toda essa área, loteou, quer dizer, fez uma série de edificações para aluguel e criou uma espécie de palacete para ele. E essa casa que construiu para ele, foi sendo ao longo do tempo, circundada por elementos que ele recolhia da demolição do Teatro São José, e com isso criou uma coisa completamente única. Outra característica interessante da Vila Itororó é que ela tem um caráter mediterrâneo. Ela parece uma coisa portuguesa, grega, italiana, do sul da Itália; aquela coisa de um pequeno vale onde se espalham uma série de atividades e que em termos de urbanização é algo muito peculiar, e nós da secretaria da Cultura achamos que sua revitalização não só permitirá evidentemente uma reurbanização geral do quarteirão, como um tipo de utilização cultural muito interessante como por exemplo, teatro de rua permanente, cinema – não sei se vocês sabem, mas ele levantou uma torre na qual ele instalaria um projetor de cinema, mas ele acabou não fazendo isso, mas nós poderíamos fazer. Então teria teatro, cinema. Essa edificação principal pode ser uma espécie de museu da cidade, no sentido de museu da evolução urbana da cidade. Não museu da cidade, como a gente já imagina - o histórico ficaria na casa da Marquesa - mas um lugar onde se examinam as questões, seja de fotografia, seja de planejamento, seja de intervenções, seja de leitura da cidade, poderia ficar nesse prédio principal; em torno de residências de artistas, de livraria, de sebo, de café, enfim, toda uma revitalização que a cultura possibilita. Mas não imaginamos uma administração direta, nós teríamos que fazer um consórcio com algumas edificações administradas diretamente pela Prefeitura e outras cedidas à iniciativa privada. Não imaginamos criar um Centro Cultural Municipal exclusivamente, seria uma parceria público - privada.

O problema que todo mundo sabe, é que se essa é uma idéia muito querida pelos arquitetos todos, por que ela não se tornou até hoje realidade? É que ela tem um problema crucial, o proprietário. A entidade proprietária que é a Santa Casa de Indaiatuba, há muito tempo abandonou a área, que hoje é objeto de invasão e favelização, cortiço, favela. E a remoção, encaminhamento bom, adequado, humano e tecnicamente possível da remoção dessas famílias é crucial. Isso não

ocorrerá se não houver desapropriação da área, se não houver a propriedade da Prefeitura em relação à edificação. Imaginamos que esse projeto possa ser um objeto desses recursos para o ano que vem, já num processo que certamente não acabará no próximo ano. Eu encerro aqui a minha fala, mas estou à disposição; o Dr. Paulo deve ter questões, a não ser que elas já estejam esclarecidas, estou à disposição de todos aqui.

MAURO FRIEDHOFER

Me preocupa o seguinte, senhores secretários. Eu fui diretor do centro comunitário da CONSEG – Centro, que é dessa área da cidade onde nós estamos, esse lado de cá do Anhangabaú; onde apresento o CONSEG do lado do Anhangabaú até a praça da Sé, e através do serviço, tenho ciência de que a Segunda Companhia da Polícia Militar usava um prédio atrás da câmara Municipal de São Paulo, cuja estrutura precisa de reparos urgentes, então ela tem que sair de lá, se é que já não saiu. Uma vez, há cerca de três anos atrás, procuramos um lugar onde colocar essa companhia de Polícia Militar, porque é importante para toda essa área da cidade, e lá é um péssimo lugar, mal situado, estrategicamente mal situado. Estudamos a fundo a tentativa de negociar com esse prédio, não lembro o nome, mas era um proprietário só, esse prédio no Anhangabaú aqui, o mais alto que tem dois blocos, ao lado do Cine Cairo, que dá fundos para o prédio da cultura e para esse lote. Eu não consigo chamar isso de praça, desculpa... Para mim é um lote urbano, e mesmo o arquiteto que foi muito feliz em algumas partes do projeto, transformou esse lote em uma escadaria. De qualquer forma, sem entrar no mérito da arquitetura, eu gostaria de lembrar que existe a preocupação da comunidade, se for possível de abrigar também a sede dessa companhia, porque ela poderia ter uma saída, uma vazão pelo Anhangabaú e eventualmente uma vazão pela Conselheiro Crispiniano. Nós vamos colocar isso no programa de vocês. Obrigado.

CARLOS AUGUSTO MACHADO CALIL – Secretário Municipal da Cultura

Não sei se isso vai responder a sua demanda, mas há, certamente o senhor está a par dos projetos de reurbanização feitos em outros

lugares, não importa se na Europa ou aqui na América Latina; todos têm sido feitos a partir de iniciativas em torno da cultura: são museus que se criam, espaços culturais, salas de concerto, que provocam uma integração urbana fortíssima, geralmente de grande impacto estético, de grande impacto econômico; e por isso resinalizam toda a área. O senhor há de convir que eu não tenho nenhuma familiaridade com a questão policial, enfim, não faz parte do meu repertório particular, nem do da Secretaria da Cultura obviamente. Nunca nos passou na cabeça alguma coisa nesse sentido, nem essa demanda nos chegou; mas nós sabemos que em torno de uma demanda cultural poderia ser revitalizada toda a área. Foi esse o pressuposto da intervenção, cujo projeto ainda não está pronto, temos apenas o desenho, quando se faz desenho de fantasia, como quando você quer vender um condomínio. Esse projeto só poderá ser contratado, caríssimo senhor, quando essas edificações forem de propriedade da Prefeitura, senão não haverá nem juridicamente como contratar o projeto.

MAURO FRIEDHOFER

Peço perdão se foi entendido que iria transformar isso para a Companhia Militar. Não, seria uma pequena área para poder abrigar também a sede da companhia, que com certeza tem que ser privilegiada.

FRANCISCO VIDAL LUNA - Secretário Municipal de Planejamento

Nós não tivemos conhecimento. Não chegou à Prefeitura nenhuma demanda por parte da Polícia Militar. Aquele prédio a que o senhor está se referindo de fato, é a garagem da EMURB. Aquele prédio exige uma reforma profunda, ele tá exigindo isso. A Polícia Militar não demandou, mas eu tenho a impressão de que a gente pode fazer alguma coisa em conjunto. No caso da Polícia Metropolitana, que também tinha um problema de espaço, nós estamos desapropriando, adquirindo um terreno na região da Nova Luz; um prédio, um edifício na Nova Luz, e será instalado lá. A Polícia Metropolitana terá sua sede lá. No caso da Polícia Militar, não temos essa demanda, mas eu tenho a impressão que vale a pena brigar por algum espaço por aqui. Eu queria listar aqui a presença do Secretário de Transporte, Frederico Bussinger. Existe demanda ainda sobre a questão do FUNDURB? Algum secretário aqui

presente, alguém quer fazer alguma observação, para nós terminarmos essa parte?

ADRIANA LEVISKY

Bom dia, Adriana Levisky, representante da Asbea – Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura. Eu gostaria de parabenizar as duas apresentações, secretário Antônio Carlos, secretário Calil. Eu queria entender, talvez eu tenha..., eu perdi o início da apresentação, espero não estar fazendo com que sejam repetitivos, mas no que diz respeito a aplicação dos fundos do FUNDURB, com relação aos parques lineares... Não sei se tem alguma menção já feita na sua exposição, secretário, mas eu entendi na exposição, referências vinculadas à questão da drenagem, captação; e eu não sei se existiriam já outros aspectos percorridos a respeito dos parques lineares com relação a operacionalização do instrumento urbanístico "Parque Linear" com relação à ocupação dessas áreas, as margens dos Parques Lineares, viabilizando qualificação e construção, expansão, ao longo desses parques. Então, eu queria um esclarecimento nesse sentido.

FRANCISCO VIDAL LUNA - Secretário Municipal de Planejamento

Não. Nós discutimos, do ponto de vista da reunião de hoje houve a apresentação do Dr. Arnaldo, genérica, sobre a questão da infraestrutura, e depois, da questão do FUNDURB, nós discutimos uma questão de alocação, não tratamos de temas relacionados com a sua vinculação ao PDE, nós não tratamos disso. Quer dizer, a sua regulamentação... Nós estamos nesse momento da pauta ainda.

NELSON SAULE JUNIOR

Sobre o projeto da Itororó, para mim não ficou claro. Só um esclarecimento. Se dentro desses 22 milhões está previsto para essas ações culturais, o recurso que seria destinado para esse projeto, seria para pagar indenização da compra de imóveis adquiridos pela Prefeitura. Não ficou muito claro para mim.

CARLOS AUGUSTO MACHADO CALIL – Secretário Municipal da Cultura

Não entrei em detalhes. O recurso do ano que vem será alocado para desapropriação, em dois lotes, e na área dos recursos da Secretaria de Habitação, para dar uma solução digna para o problema habitacional. Não está, portanto, na Cultura essa verba. E para o projeto, o projeto tem que ser revisto, porque o projeto de 74, naquela época, primeiro, não havia tanta invasão e algumas casas não tinham sido demolidas. Hoje a constatação é que a degradação foi muito grande, passaram-se 30 anos. O projeto precisa ser revisto, não só na sua arquitetura especificamente, mas também na sua funcionalidade, na sua destinação. Esses 22 milhões serão em princípio alocados para o que será possível fazer ano que vem, que é indenizar, desapropriar, indenizar.

NELSON SAULE JUNIOR

Eu só queria fazer uma recomendação. Como a Vila Itororó é cortiço, efetivamente, seria importante fazer uma análise, porque existe uma lei, que é a Lei Moura, que trata da questão dos cortiços; e existem alguns mecanismos, que a gente até fez um estudo para a Secretaria da Habitação na outra gestão, pro Instituto Polis; justamente para situações como essa, que tem o proprietário, que tem um imóvel que está degradado, que tem um cortiço, tudo isso; buscar, talvez aplicar os mecanismos que evitem a desapropriação porque a gente sabe que o custo sempre vai ser alto, até pela localização, mais que pelo imóvel.

CARLOS AUGUSTO MACHADO CALIL – Secretário Municipal da Cultura

O problema tem sido o fato do proprietário não zelar pelo imóvel.

NELSON SAULE JUNIOR

Como a maioria dos cortiços em São Paulo, né?

CARLOS AUGUSTO MACHADO CALIL – Secretário Municipal da Cultura

Me parece que insistir nisso não é muito sábio.

NELSON SAULE JUNIOR

Não, não. Só para ficar claro. É que pelo Estatuto da Cidade e até pelo

Plano Diretor, a Lei Moura, existem outros mecanismos. Necessariamente não se precisa chegar à desapropriação, onde o custo é elevado. Passar o direito de superfície, dar uma construção, direito ao uso pra própria Prefeitura, enfim, tem outros mecanismos para que o imóvel possa ser gerido pelo Poder Público pra fazer intervenção. É só uma sugestão para evitar que o custo vai ser elevado.

MANUELITO P. MAGALHÃES JR - Secretário Municipal Adjunto de Planejamento

Mais alguma intervenção?

Fred, você quer falar um pouco sobre o projeto de calçadas ou não?

FREDERICO V. M. BUSSINGER - Secretário Municipal de Transporte

Bom dia a todos. Eu estive na última reunião do Conselho e na apresentação sobre o tema da mobilidade no contexto do PDE, na revisão do PDE. Um dos temas que nós tratamos ali, hoje eu quero pontuar um deles, especificamente falando sobre a questão das calçadas, que é uma das propostas, um dos projetos incluídos nesse grupo de projetos para o ano que vem dentro do FUNDURB. Nós havíamos lá, já; não sei se todos estavam presentes, fazendo uma rápida recapitulação; correlacionado o tema da mobilidade com quatro outros grupos de temas, também presentes no PDE, na gestão da cidade; que é a mobilidade com a economia – a localização de empreendimentos, produtividade na cidade; a mobilidade e o meio ambiente - ocupação do território, emissões; um tema, uma correlação que vai ficando mais clara, não é tradicional nesse tipo de análise, que é a da mobilidade com a segurança pública. Uma cadeia causal mais ou menos a seguinte: o mapa da criminalidade mostra maior incidência onde o Estado não está presente, e o Estado não está presente, dentre outras coisas, porque ele não consegue chegar. Ou seja, então é possível fazer uma cadeia causal entre mobilidade, a presença do Estado e a insegurança, nesse caso. E um outro – que tem a ver com o nosso tema aqui, que nós vamos tratar mais especificamente - é a mobilidade com a saúde. Eu não quero, o tempo é breve, fazer todas as correlações, mas também o mapa dos acidentes, dos acidentados e da

morbidade também está muito associado com esse tema da mobilidade, e nesse caso em particular com as calçadas, que é o tema sobre o qual vamos aqui falar. Não sei se todos têm em mente. Existem cerca de 9 milhões de viagens diárias feitas por pedestres, a pé ou de bicicleta, e um fato que é importante ser dito é que a quantidade de pessoas que se deslocam a pé, por motivo de trabalho, por motivo de estudo, pela necessidade de lazer, cresceu sobremaneira nesses últimos anos. A pesquisa Origem-Destino, de 1967, indicava que 17% das viagens eram feitas a pé. Já em 2002, 35 anos depois, esse percentual subiu para 38 %, ou seja 38% das pessoas se deslocavam a pé. E aí podemos jogar mais ou menos a equação do um terço: um terço a pé, um terço de carro e um terço de transporte coletivo. Essa equação é aproximada, essa divisão é aproximada. O transporte coletivo, muito em função do bilhete único integrado, tem crescido, e certamente o ano que vem vai indicar a retomada do transporte coletivo na matriz do deslocamento da cidade. Mas o fato importante é que uma parcela da população tem se deslocado, se deslocará a pé, algo assim de 30 %, e ao longo desse tempo a atenção que foi dada a esse tipo de deslocamento, a esse tipo de "usuário", vamos falar dessa maneira. Além disso, todos os outros modos de transporte, inclusive o individual, tem no trecho a pé ou na calçada o seu primeiro deslocamento, ou seja, quer você vá de ônibus, vá de metrô, de carro, na maior parte das vezes passará pela calçada, então, não é exclusivamente para os deslocamentos dados exclusivamente a pé. Todos os demais, num dado momento, passam pela calçada. Esse é um tema que, de certa forma, tem desafiado a administração, as administrações de uma maneira. Quer dizer, isso que eu falei é quase uma obviedade, embora eu não tenha consciência dos números, mas qualitativamente tá todo mundo ciente que calçada é um problema em São Paulo. Essa administração tem feito um trabalho grande. As subprefeituras têm sem empenhado muito nisso em particular, mas segue sendo um problema de dimensão muito maior do que nós temos condições de tocar. O que está sendo proposto é uma abordagem, quer dizer; se houver uma coisa nova que eu venho aqui trazer, talvez seja uma abordagem específica em relação a isso. Porque do ponto de vista de desenho existe muita discussão, existem muitas opiniões, muitos gostos e visões estéticas em relação à calçada, mas eu

vou dar de barato que essa é uma questão resolvida. Inclusive, ano passado, teve um decreto específico. A prefeitura tem um manual, então eu não vou falar do tema tecnológico, do design e nem mesmo dos métodos construtivos, dando de barato que isso é uma matéria resolvida. O que eu acho que nós precisamos resolver é a equação da implantação, quer dizer, como é que nós conseguimos potencializar esse programa de deixar as nossas calçadas como elas deveriam estar, adequadas essas calçadas. E o que está sendo sugerido, e inclusive uma parcela será proposta ano que vem, dentro do FUNDURB, a idéia é que nós elejamos determinadas áreas da cidade para que através do "efeito demonstração", nós consigamos alavancar recursos, nós consigamos energizar a sociedade de uma maneira geral para o programa de calçadas especificamente. É bom lembrar que calçadas, existem as calçadas privadas, de responsabilidade privada, e as públicas. E o poder público muitas vezes tem dificuldade de cobrar do setor privado a implantação e principalmente a conservação das calçadas, porque ele também não faz o que deveria fazer. Então é um jogo meio difícil de ser enfrentado, porque ele perde a autoridade de cobrar, porque também não faz o que deveria fazer e às vezes quando implanta obras não toma cuidado com a calçada, enfim, é uma equação difícil de ser resolvida. A idéia é de que nós elejamos determinada área da cidade, e que nós deixemos essas calçadas zeradas. Aí é algo de tolerância zero: tem que ficar "nos trinques" essas calçadas. E como seriam escolhidos esses locais? São justamente aqueles pontos onde é maior o número de acidentes, onde é maior o número de problemas que nós temos. As estatísticas dos centros ortopédicos, particularmente do HC, que tem uma estatística mais organizada, mostra uma grande incidência, eu tava vendo aqui a estatística, 20 % dos acidentes de São Paulo acontecem nas calçadas. E você vê nos idosos uma boa parte, os idosos têm problemas nos ossos – osteoporose – e uma boa parte, uma parte significativa dos acidentes e das quedas, das fraturas que têm, acontecem nas calçadas; e uma boa parte dos atropelamentos acontecem próximos às calçadas. Os números são assustadores. Nós temos várias esquinas em São Paulo, entre 100 mil, 200mil pessoas cruzando diariamente. A esquina da Paulista com a Brigadeiro são 100 mil; cruzamento do Teatro Municipal, 160 mil; são números muito

grandes, e tem várias outras esquinas nessa ordem de grandeza. Então a idéia que se tem é de escolhermos esses locais críticos e deixarmos as calçadas “nos trinques”. E quando eu digo deixar as calçadas “nos trinques” significa, deixar plano. Porque nós temos dois tipos de problemas: nós temos calçadas que não são planas, ou seja, ao longo do tempo se tornam irregulares, mas nós temos algumas que já são construídas também inclinadas; e algumas são inclinadas nos dois sentidos, que às vezes se o carro entrar o chassi torce, quer dizer, inclinação nos dois planos; degraus, tudo que tá implantado. Quer dizer, na implantação, na manutenção – um aspecto muito importante no caso do trânsito – na circulação, iluminação dos cruzamentos, por vezes gradis, e uma questão operacional, que a gente não fala muito; nós falamos de operação de zonas, mas não falamos de “operação das calçadas”. Quer dizer, de nada adianta ter calçadas, até boas, como na Teodoro Sampaio, se elas são ocupadas pelos camelôs e o pedestre tem que andar na guia; e não é na primeira faixa, porque tá ocupada por estacionamento, é na segunda faixa, e aí acontece boa parte dos atropelamentos. Não basta ter a calçada. É preciso que a calçada esteja disponível para circulação. Com o prefeito, por exemplo, nós passamos sexta-feira em frente ao DETRAN. Tem uma calçada maravilhosa, só que tem uma banca de jornal que deixa 60 cm para a calçada. Isso em frente ao DETRAN, na descida da passarela que vem do Parque Ibirapuera; uma região de enorme fluxo, logo na frente, no ponto de ônibus logo na frente da banca de jornal. Então nós precisamos ter um tratamento nas calçadas que seja global, seja planejando, seja mantendo, seja garantindo sua funcionalidade. Então, esse projeto que está sendo imaginado, nós elegemos esses pontos críticos da cidade, sob o critério essencialmente da segurança, esse é o critério, e a Secretaria, CET, junto com o Hospital das Clínicas, nós estamos montando esse mapa, que não está pronto ainda, mas o critério de eleição é esse: o critério dos pontos críticos de acidentes e de mortes na maioria das vezes. O projeto é um projeto já existente, quer dizer, tem aí uma certa discussão. A Secretaria do Verde trabalha muito a questão da permeabilidade. No futuro é perfeitamente possível de ser contemplado. E o que se espera em termos de número do que está sendo trabalhado, 20 milhões de reais. E se estima nisso 100 km de

calçada, nos dois lados, 200km, a primeira estimativa que está se pensando. Um levantamento prévio que nós fizemos estima que nós temos 300 km de vias com calçadas com situações críticas. Essa etapa que está sendo prevista trataria de um terço dela, o que é muito pouco se nós imaginarmos, pensando na cidade inteira, pensando no trânsito, nos motociclistas, enfim, em várias frentes, e essa do pedestre na calçada em particular é motivo da preocupação desse projeto. Do ponto de vista da execução, há vários órgãos envolvidos nisso; o principal executor são as subprefeituras. Na implantação dos corredores, a SPTrans estará diretamente envolvida nisso, e aliás, o projeto do corredor Tiradentes já tem essa preocupação. Todas as interferências nas calçadas no trecho, por exemplo, sob o antigo fura-fila foram inventariadas, mapeadas e com intervenções específicas sendo trabalhadas. Novos projetos já serão feitos com essa preocupação, já está pensada nisso, já está sendo executada, e os demais projetos também vão nessa linha. A CET também, envolvi dentro do projeto viário estratégico, a calçada é um elemento que será pensado já, ao nascer a intervenção; a SIURB certamente nas obras onde tem que intervir, ou seja, é um programa da Prefeitura de uma maneira em geral. Vamos ver se conseguimos a partir desse diagnóstico, que eu acho que de uma certa forma unifica a todos, que nós consigamos com esses 20 milhões alavancar bem mais, seja público, seja também do setor privado; para darmos um impulso nesse tema.

FRANCISCO VIDAL LUNA - Secretário Municipal de Planejamento

Muito obrigado. Eu queria só agregar ao que está sendo colocado pelo Fred, que a Secretária de Assistência a Pessoa com Deficiência, a Mara Gabrielli, também está desenvolvendo um projeto importante na questão das calçadas. Desenvolve um projeto desses, envolve um trabalho muito próximo da comunidade, e faz com que a comunidade se envolva também. Não só se faz a própria calçada, mas o acesso ao comércio, a outros acessos em geral. Um projeto importante que ela está desenvolvendo que se junta ao projeto que o Fred vai fazer. Calçada é um projeto importante.

FREDERICO V. M. BUSSINGER - Secretário Municipal de

Transporte

Aliás, um desses, uma falha que vou justificar, uma dessas calçadas que nós vamos fazer é justamente essa lindeira à linha acessível que vai ser implantada agora, Santa Cruz- Santo Amaro. Gostaria de deixar a calçada “nos trinques” e obviamente nós estamos fazendo-a acessível também.

FRANCISCO VIDAL LUNA - Secretário Municipal de Planejamento

Aquela região da Vila Mariana é uma região que foi escolhida nessa questão de acessibilidade até por causa da grande concentração, um exemplo, pela grande concentração de hospitais que existe naquela área. Então ali já se faz um projeto importante, não só do ponto de vista de calçadas, mas também de veículos, que permita a acessibilidade de peruas que levem a pessoa deficiente, uma mobilidade para o transporte coletivo. Há um projeto piloto para a Vila Mariana que eu acho que é uma coisa importante que está sendo feita. Queria passar a palavra também ao secretário Orlando.

ORLANDO ALMEIDA FILHO - Secretário Municipal de Habitação

Coube também à Secretaria de Habitação trazer à Secretaria de Planejamento algumas propostas com relação à utilização dos recursos do FUNDURB. Conforme já anunciou aqui o professor Nelson Saule, que é um especialista no assunto, a regularização fundiária é algo extremamente importante para a cidade de São Paulo. No que diz respeito à habitação, talvez seria a Secretaria que exigiria dentre essas que apresentaram propostas, o maior volume de recursos, exatamente pelo custo necessário de remoção de famílias de áreas de risco, em beiras de córrego, em loteamentos irregulares e clandestinos, exatamente para poder fazer o processo de urbanização. Um exemplo disso é o que vem sendo feito na favela Paraisópolis, que depois de Heliópolis é a segunda maior favela da cidade de São Paulo. O prefeito Serra, logo no início da administração, deu à Secretaria da Habitação essa incumbência e através dos chamados que o prefeito fez ao Governo do Estado, nós temos como parceiro em Paraisópolis o CDHU, que pretende lá construir cerca de 2.500 habitações, das 22.000 habitações já existentes na favela Paraisópolis. Nós temos o Complexo Paraisópolis,

que envolve além da favela Paraisópolis, conhecida, também o Jardim Colombo, também os focos que existem de habitações precárias próximas ao colégio Porto Seguro. Este empreendimento que também conta com recursos federais, não há hoje como fazer intervenções na área de habitação que demanda tantos recursos sem reunir os recursos das três esferas do governo. A união dos recursos, federais através do orçamento geral da União, do CDHU, da Prefeitura, do Estado, é que estão permitindo a urbanização dessa favela. Contamos também com recursos da Sabesp, que faz lá toda a intervenção de infra-estrutura relativa ao saneamento básico, e da mesma forma pondo o trabalho das demais Secretarias, ali será construído um CEU, assim como nós temos a construção de uma EMEI sendo concluída, a Secretaria da Saúde também tem intervenções em UBS; a Secretaria da Infra-Estrutura, da mesma forma. Pretendemos fazer ali uma perimetral, que vai auxiliar o tráfego com a Giovanni Gronchi e a Avenida Morumbi. Todos sabem as dificuldades que temos hoje em relação a trânsito e tráfego na região do Morumbi, portanto está conosco a Secretaria de Transporte, enfim, é um empreendimento onde toda a Prefeitura está atuando. Nós temos, como já disse; as áreas de risco, que não são poucas, onde quando chove nos preocupa com relação à integridade física dessas pessoas que moram principalmente na beira de córregos. Nós temos a questão das favelas ainda construídas com madeira, e quando faz muito calor, nos preocupa também o problema de incêndio. Então é uma tensão que no dia-a-dia sofre a Secretaria da Habitação, que tem a responsabilidade sobre a questão das pessoas morarem com qualidade de vida, mas está aí infelizmente a falta de recursos. Coube à Secretaria 40 milhões, é o orçamento de 2007. Nós fizemos um projeto, escolhemos um projeto, que é um projeto que será realizado pelo departamento de Resolo, departamento desconhecido e consagrado dentro da Prefeitura, em especial na Secretaria de Habitação. Os senhores receberam um material com relação a isso. Esse material é bastante ilustrativo no que se refere aos números. Temos aqui um resumo a ser feito de que existem cerca de 200 lotes para cada um desses loteamentos irregulares na média, e em cada um desses 200 loteamentos moram cerca de 1000 pessoas, na média, e 250 famílias; e que em média os loteamentos têm 80.000 m². São áreas particulares que, ou implantaram o loteamento de

forma inadequada, de forma irregular; ou sequer aprovaram esses loteamentos junto aos órgãos públicos. O que a Prefeitura pretende, como já vem sendo feito há várias administrações, é fazer o projeto. Aqui, os senhores verificam a questão dos impactos de irregularidades desses loteamentos e, sem dúvida nenhuma, os efeitos da regularização desses loteamentos. A regularização técnica se dá através de projetos elaborados com os recursos da Prefeitura, no nosso departamento de Resolo, onde temos lá técnicos de excepcional qualidade dentro da Prefeitura para gerir esses projetos; com a implantação, através das licitações próprias, da intervenção física nos locais, onde já se inicia o processo de não pagamento ao loteador clandestino ou loteador irregular; nos depósitos judiciais, onde a Prefeitura pode levantar esse recurso de tudo aquilo que foi aplicado e, num último processo, com a regularização registrária através dos elementos que a Prefeitura passou a ter a partir da constituição de 88, especialmente o Estatuto da Cidade. E temos muita esperança e muita expectativa no Projeto de Lei 3.057, ora em estudo e aprovação no nosso Congresso Nacional. E, da mesma forma que entende o professor Nelson Saule, nós também entendemos a importância desse projeto para otimizar, viabilizar e proporcionar a regularização dessas áreas que podem ser regularizadas, em especial as áreas públicas que não estamos tratando aqui no momento. Dr. Luna nos pediu, e nós vamos preparar um trabalho para uma próxima reunião do Conselho Municipal de Política Urbana, assim como fez a Secretaria de Transportes na nossa última reunião, Secretaria de Infra-estrutura. Espero que os nossos colaboradores, aqui peço testemunho do Dr. Laerte que é o nosso responsável pela aprovação de projeto, porque também trataremos disso; assim como o nosso secretário Adjunto, o Dr. Elton, que a gente possa fazer um trabalho semelhante a esses brilhantes já apresentados. Muito obrigado.

FRANCISCO VIDAL LUNA - Secretário Municipal de Planejamento

Bom. Acho que já foi esgotado esse tema. Eu queria discutir a questão sobre etapas de revisão do Plano Diretor. Eu gostaria de sugerir uma reunião, mais ou menos dentro de trinta dias, para discutir sobre habitação. Se for aceitável, nós discutimos na próxima reunião, já. Nós estamos caminhando no sentido do adiamento. Acho que até as

discussões de transportes, há quinze dias atrás, de infra-estrutura, ela mostra na verdade que é prematura ainda. Nós temos que aprofundar esses temas todos e debater nesse Conselho e debater com a sociedade. Isso sem falar na questão da Lei de Uso propriamente dita, no Zoneamento. Qualquer modificação é bastante complexa e teria que ser amplamente discutida com os moradores, a nível local. Acho que existem várias partes da cidade que, ou se mantém o "status quo", ou qualquer tipo de mudança tem que ser discutido quase a nível da rua, avenida. Quase todos os corredores próximos às ZRs, existem conflitos que têm que ser administrados, se for fazer alguma modificação, tem que haver um consenso. Então acho que o tempo joga a favor de que não seja feita nenhuma coisa afoita, e depois encontremos erros, como nós estamos vendo no plano atual. Eu queria sugerir uma reunião dentro de trinta dias. Eu gostaria de fazer uma próxima, ainda, sobre habitação, e eventualmente ainda esse ano com o Verde, ou na mesma, talvez separado, para a gente discutir um pouco. Mas nós discutiríamos ainda uma Verde, uma Habitação. Talvez até o final do ano, mais umas duas reuniões para discutir isso.

ORLANDO ALMEIDA FILHO - Secretário Municipal de Habitação

Desculpe, eu só queria trazer para dentro da minha fala, eu não podia deixar de falar, quando falamos de habitação popular, da Cohab. Ta aqui presente o Dr. Ortega, presidente da Cohab que, com seu grupo de trabalho, com a sua diretoria, tem dirigido essa empresa que infelizmente quando nós assumimos o governo ela tinha dificuldades enormes, e o Dr. Ortega tem conseguido deixá-la em ordem no que diz respeito principalmente a contabilidade. Nós não conseguimos fechar o balanço, quando assumimos. E hoje, os balancetes estão defasados naquela normalidade de no máximo 60 dias. Que a cobrança da Cohab, nós tínhamos índice de inadimplência de 90 %, esse índice já está alguma coisa na faixa de 50 %, vem sendo reduzido; e faz com que os recursos auferidos com essa cobrança possam ser aplicados em habitação de interesse social. E da mesma forma, a regularização fundiária, onde a Cohab que é a grande proprietária de terras do Município para a habitação de interesse social, tem regularizado as suas terras, as suas propriedades, onde são implantados os

empreendimentos imobiliários. Assim como regulariza também as áreas da Secretaria da Habitação, que são as áreas do Município onde estão implantados os Cingapuras; e nós estamos conseguindo comercializar esses imóveis, ou seja, as pessoas passam a ter propriedade, passam a ter escritura, ao invés só de termo de permissão de uso. Ontem mesmo foi um exemplo, em Itaquera, no Conjunto José Bonifácio, com a presença do prefeito da cidade de São Paulo, Gilberto Kassab. Dr. Ortega fez um plano, e lá entregou cerca de 1.000 escrituras. Já havia um processo de 30.000 escrituras quase entregues nessa administração. Então não podia faltar aqui, presidente secretário Luna, trazer essa informação da Cohab também.

FRANCISCO VIDAL LUNA - Secretário Municipal de Planejamento

Eu gostaria de encerrar, então. Eu tenho a impressão de que dentro de trinta dias haverá uma outra reunião. Muito obrigado, eu quero agradecer a todos. Obrigado.

São Paulo, 25 de setembro de 2006.

Presidente

Francisco Vidal Luna

Vice-Presidente

Orlando Almeida Filho

Secretário Executivo

André Luís Gonçalves Pina

Conselheiros

Macrorregião Norte 1 eleito

Carlos Gonçalves Fernandes

Macrorregião Oeste eleito

Lucila Falcão Pessoa Lacrete

Macrorregião Centro eleito

Mauro Friedhofer

Macrorregião Leste 1 eleito

Reinaldo Martinez Ruiz

Macrorregião Sul 1 eleito

Gerson Gomez

Macrorregião Norte 2 indicado

Mauro Salerno

Macrorregião Oeste indicado

Sibylle Blohm

Macrorregião Centro indicado

Tereza Espósito Ferreira de Souza

Macrorregião Leste 1 indicado

Angela Maria Calabria

Macrorregião Leste 2 indicado

Izaltino Augusto do Nascimento

Macrorregião Sul 1 indicado	Luiz Fernando de Moraes Vecchia
Macrorregião Sul 2 indicado	Carlos Mitsuro Habe
A.M.A. Pacaembu, Perdizes e Higienópolis	Beatriz Costa Tsukamoto
A.M.A. Pacaembu, Perdizes e Higienópolis	Pedro Ernesto Francisco Py
Soc. Amigos Itaim Bibi	Marcelo Motta Ramos Marques
Assoc. Comunitária Mãos Fortes	José Roberto Moreira de Carvalho
FAU USP	Marta Dora Grostein
SINAENCO	João Antônio Del Nero
SINAENCO	Alexandre Marques Tirelli
ASBEA	Adriana Levisky
POLIS	Nelson Saule Júnior
Movimento Defenda São Paulo	Cândido Malta Campos Filho
SEMPLA	Nilza Maria Toledo Antenor
SNJ	Simone Fernandes Mattar
SMSP	Nilton Ricoy Torres
SEHAB	Hussain Aref Saab
SMT	Rogério Belda
SF	José Antonio Docampo
SVMA	Maria Augusta Ferreira Antunes
SES	Marcos de São Thiago Lopes
SMC	Mirthes Ivany Soares Baffi
SMADS	Priscila Cristina Dearo da Câmara
EMURB	Luis Eduardo Surian Brettas
COHAB	Edsom Ortega Marques
Sec. Est. dos Transportes Metropolitanos	Horácio Nelson Hasson Hirsch
Sec. Est. Energia Rec Hidr. Saneamento	José Eduardo Pessini
Consórcio Grande ABC	Alzira Sugae Nishikubo